

Reabilitar Megalitismo... Recuperar Património: 25 anos de investigação

Leonor Rocha

Universidade de Évora, CHAIA [2023] – Research financed with
Nacional Funds through FCT – Portuguese Foundation for
Science and Technology, within the scope of the fallow projects:
Ref.^a UIDB/00112/2020

Resumo:

Pretende-se, com este trabalho, apresentar alguns exemplos de reabilitação de monumentos megalíticos realizados pela signatária desde 1998, no âmbito de inúmeros projetos de investigação.

O estudo científico de um qualquer monumento megalítico passa por diferentes tipos de ações, desde a sua identificação, à escavação, estudos gerais e/ou específicos sobre espólios e arquiteturas, que deve terminar, sempre que possível, com a sua valorização e fruição pública.

Nesta perspetiva, os trabalhos arqueológicos realizados podem incidir sobre monumentos que, à partida, já se encontram em evidente estado de degradação ou, pode ser no âmbito da escavação que, por razões várias, venham a surgir problemas estruturais. Em qualquer dos casos, acaba por se verificar a necessidade de se proceder a ações de conservação/ reabilitação para os quais, muitas vezes, o arqueólogo não possui o adequado apoio técnico, mas que tem de executar da melhor forma.

Refletir sobre mais de 25 anos de trabalhos de conservação e restauro realizados em monumentos megalíticos, funerários e não funerários, no Alentejo, analisando o modo como se procedeu a diferentes reabilitações em termos estruturais e os respetivos resultados, parece-nos ser importante no sentido de avaliar ações antigas, mas, também, melhorar intervenções futuras.

Palavras-chave: Recuperar; Reabilitar; Megalitismo; Alentejo; Portugal

«Património:

é o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização destas obras como património é, assim, um processo que implica a seleção de valores.»

Carta de Cracóvia 2000, Cracóvia (Polónia), 26 de outubro de 2000.

Um Quarto de Século em torno do Megalitismo Alentejano

O meu interesse pelas questões relacionadas com o megalitismo ocorreu muito cedo, logo em 1988, no 1º ano da Faculdade, nas aulas da disciplina de Pré-História, com o Professor Victor dos Santos Gonçalves que contribuiu, de forma decisiva, para o meu gosto por esta temática e que se veio a tornar o meu orientador nas fases seguintes do meu percurso académico, mestrado e doutoramento.

Ouvir falar de antas, monumentos que até então nunca tinha conhecido no terreno, das suas arquiteturas e espólios, era sem dúvida um tema que me fascinava pelo que, no verão do ano seguinte já estava a participar em trabalhos de prospeção no Alentejo e, em 1990 (e anos seguintes), participava na escavação de um dos monumentos mais complexos em termos de arquitetura e de espólios do Alentejo Central, a Anta 2 do Olival da Pega (OP2), em Reguengos de Monsaraz.

Procurar compreender as problemáticas associadas ao Megalitismo, a relação do mundo não funerário com o funerário, a sua distribuição espacial, as suas arquiteturas, orientações, espólios acabou por se tornar um percurso de investigação, que se iniciou em 1994, precisamente num dos grupos megalíticos mais conhecidos, o de Pavia e que depois se estendeu ao Alentejo porque, para se compreender dinâmicas temos de analisar a folha não apenas no ramo e árvore onde se encontra mas, também, no contexto da sua floresta...

Sítios e problemáticas

Desde 1994, altura em que, como referi anteriormente iniciei os primeiros trabalhos em monumentos funerários, mais precisamente em sepulturas tipo cista (Poço do Cortiço, Alandroal) que, ao contrário do que se esperava não eram da Idade do Bronze mas sim do Período Romano (Rocha, 1995), e que foram escavadas por estarem em contexto de emergência (destruição por ação fluvial) que optei, maioritariamente, não por me dedicar a investigar grandes monumentos, muito bem conservados, mas sim pelos que, de algum modo, se encontravam ameaçados ou mesmo ruína. Naturalmente que esta opção acabou por comportar vários constrangimentos...por um lado a escassez de informação científica e, por outro, a constante necessidade de realizar ações de conservação/valorização.

Na realidade, o megalitismo funerário alentejano sempre padeceu de vários problemas derivados essencialmente da existência de um conjunto (significativo) de monumentos que foram escavados ao longo do séc. XX sendo que, muitas vezes, no âmbito dessas intervenções se retiravam esteios e/ou tampas para facilitar aos trabalhos. A sua não recuperação, posterior, conjugada com a existência de trabalhos agrícolas de maior porte, com recurso a maquinaria mais pesada, acarretou danos significativos a este património, sobretudo às estruturas mais pequenas ou mais fragilizadas.

Em termos do estudo do megalitismo alentejano, depois de uma primeira fase de grande dinâmica arqueológica, derivado dos trabalhos de J. Leite de Vasconcelos, V. Correia, M. Heleno e o casal Leisner, o século XX entra, na segunda metade, num período com menos trabalhos e menor número de projetos de investigação, à exceção dos realizados no Norte Alentejano pelo Professor Jorge de Oliveira e os realizados no concelho de Reguengos de Monsaraz, pelo Professor Victor Gonçalves.

Nas primeiras décadas deste século, este tema ganha novo fôlego devido, sobretudo, ao elevado número de trabalhos realizados no âmbito de projetos de AIA (em que se destaca o Projeto Alqueva) que, nalguns casos permitiu recuperar e valorizar monumentos.

Numa abordagem às arquiteturas dos monumentos megalíticos devemos, em primeiro lugar, entender que a sua biografia não se esgota na sua construção e utilização original. Como referem Jean-Pierre Mohen e Chris Scarre *"cada sepultura possui a sua própria história. Esta história decompõe-se em três etapas. A função original, tal como foi planificada pelos construtores (.../...) por vezes impossível de apreender. As utilizações posteriores misturam os traços da primeira ocupação (.../...) a escavação constitui a última etapa"* (Mohen e Scarre, 2002: 142). Esta longa história de sobrevivência desses monumentos ao longo dos milénios teve, efetivamente, diferentes consequências em termos estruturais.

Os dados compilados no decurso dos meus trabalhos, testemunham diferentes momentos da vida destes monumentos, resultante da "atração" que os mesmos exerceram sobre as populações que foram habitando estes espaços ao longo dos tempos. Esta traduz-se, frequentemente na sua reutilização, que em muitos casos pode conduzir ou a alterações na sua arquitetura inicial ou, em casos mais graves, conduziu à sua destruição parcial ou total.

Neste contexto, as pequenas sepulturas megalíticas são aquelas que, apesar de aparentemente terem sido as que menos alterações sofreram alterações nas suas arquiteturas originais, acabaram por ser, as mais danificadas com a introdução de uma agricultura mecanizada. As antas de corredor, por outro lado,

apresentam uma maior variabilidade de afetações, seja pela reutilização dos seus elementos pétreos para outras construções, seja pela destruição de partes dos seus componentes (sobretudo os corredores e mamoadas), seja pela sua reutilização/remodelação, com a construção de nichos, compartimentos, estruturas anexas, entre outras, como exemplifica a anta do Olival da Pega 2, (Gonçalves, 1999), em Reguengos de Monsaraz.

Em termos gerais, quando analisamos os dados disponíveis sobre estas estruturas megalíticas funerárias e não funerárias, estes apontam para um conjunto bastante alargado de sítios que sofreram afetações pelo que muitos necessitam de intervenções de conservação e restauro urgentes.

Monumentos intervencionados

Considerando que, por restauro, se entende um conjunto de ações que visam devolver ao monumento a sua arquitetura primitiva, no todo ou em parte, visando não só a sua recuperação, mas, também a sua valorização, de modo a poder prolongar-se a sua permanência no tempo e no espaço, foram considerados para o presente trabalho apenas o conjunto de sítios em que existiu uma intervenção de recuperação mais significativa no âmbito dos trabalhos que realizei ou individualmente ou como co-responsável.

Alinhamento do Monte da Têra (Pavia, Mora). 1996-1998

O alinhamento do Monte da Têra localiza-se na freguesia de Pavia, concelho de Mora, distrito de Évora; as coordenadas U.T.M. (C.M.P. 409, esc. 1: 25 000) são M = 213871 | P = 213938 e com uma altimetria de 164 m.

O monumento foi identificado em janeiro de 1996 (L. Rocha e M. Calado), durante trabalhos de prospeção que se vinham a desenvolver na freguesia de Pavia. Eram visíveis à superfície cinco monólitos de granito, tombados para Sul e alinhados (Fig. 1). Os trabalhos de escavação realizados no verão do mesmo ano permitiram identificar uma estrutura pétrea contínua, tipo calçada, onde se encontravam embutidos os alvéolos dos menires (Rocha, 2000).



Figura 1. Aspeto do Alinhamento da Têra em 1996

Apesar desta estrutura se encontrar praticamente à superfície, por estar protegida pelos monólitos tombados, encontrava-se muito bem conservada (Fig. 2) o que permitiu constatar que, originalmente, este alinhamento seria constituído por nove menires, uma vez que existiam mais quatro alvéolos.



Figura 2. Pormenor da implantação, in situ, de um dos menires na estrutura.

No decurso da escavação os menires foram removidos dos seus alvéolos, de forma manual, de modo a poder compreender-se a sua construção e modo de implantação.

No final dos trabalhos arqueológicos, procedeu-se à reposição dos menires nos respetivos alvéolos (1998), com o auxílio de cordas, troncos, cintas específicas em material resistente e não abrasivo com o apoio de meios mecânicos (Fig. 3). Neste caso concreto não houve necessidade de se realizar qualquer trabalho de restauro uma vez que os cinco monólitos estavam intactos.

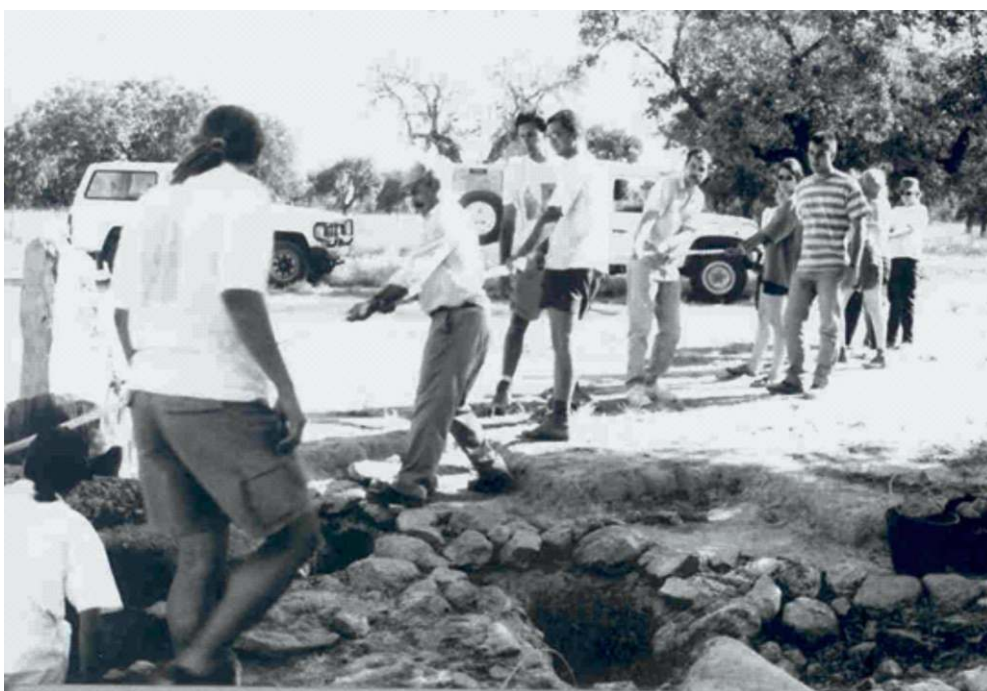


Figura 3. Trabalhos de reposicionamento de um dos menires.



Figura 4. Aspeto do Alinhamento do Monte da Têra, na atualidade

Atualmente o monumento continua bem preservado, mas, por se encontrar em propriedade privada, não está acessível ao público.

Recinto de Vale d' El Rey (Pavia, Mora). 2001-2002

O recinto megalítico de Vale d'El Rey (ou Rei) é ainda conhecido por cromeleque do Monte das Figueiras atendendo à existência de duas notícias sobre a sua identificação, a primeira pelo casal Leisner (Leisner e Leisner, 1956) e, a segunda pela equipa dos serviços Geológicos de Portugal (Zbyszewski *et al.*, 1977).

Localiza-se na freguesia de Pavia, concelho de Mora, distrito de Évora; as coordenadas U.T.M. (C.M.P. 409, esc. 1: 25 000) são M = 211940 | P = 214930 e com uma altimetria de 166 m.

O monumento que se encontrava em excelente estado de conservação (Fig. 5) foi desmantelado nos finais dos anos 70 do séc. XX, durante o período de ocupação da herdade. Os menires ficaram então amontoados nas imediações do local original (Fig. 6).

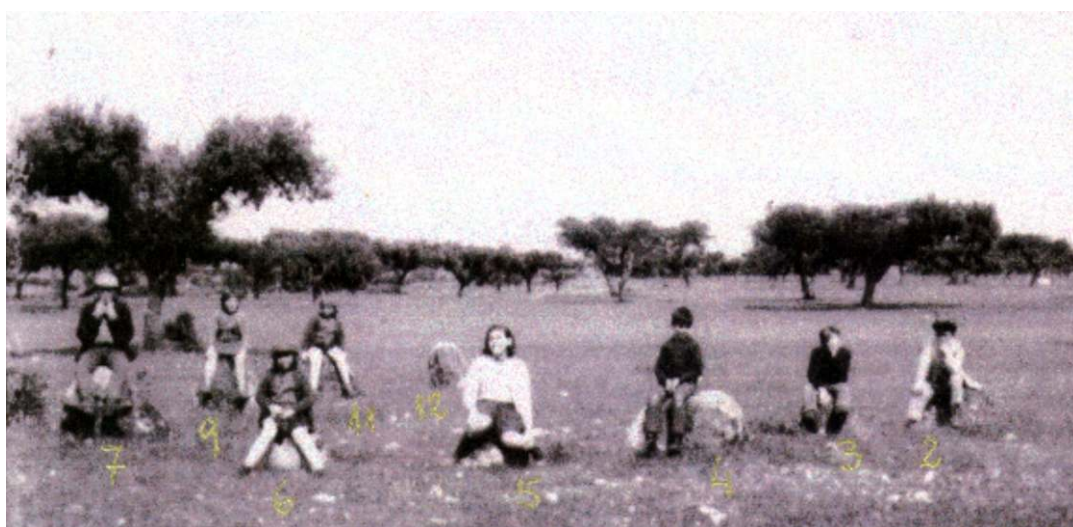


Figura 5. Família Mexia d'Almeida no Recinto (meados séc. XX)



Figura 6. Estado do monumento em 1997



(@Calado, 2004)

Figura 7. Pormenor do alvéolo da base truncada do Menir 2, no decurso da escavação



Figura 8. Recinto de Vale d'El Rey, na atualidade

Anos mais tarde, quando se estava a escavar o Alinhamento da Têra, o proprietário da Herdade da Têra demonstrou o seu desejo de recuperar este monumento o que conduziu à realização, em 2002, de uma escavação (M. Calado e L. Rocha) na área onde, conjugando as fotografias antigas da Equipa dos Serviços Geológicos e da família Mexia d'Almeida, das plantas realizadas e de informação oral, se considerava estarem localizados os alvéolos (Calado, 2004).

Como diria V. Correia, "circunstâncias felizes" permitiram que, apesar da remoção mecânica dos menires, os seus alvéolos não só não ficaram muito afetados como o fato de alguns menires se terem partido, pela base (Fig. 7), possibilitou que, com a conjugação dos dados anteriormente referidos, fosse possível identificar a sua posição original.

Assim, no caso deste recinto, depois de localizada a localização original dos menires, foram removidos os fragmentos existentes nos alvéolos de modo a poder realizar-se o trabalho de colagem, que foi realizado sob a coordenação não de um especialista em restauro, mas de um especialista em rochas (escultor). Foi utilizada cola específica para matérias rochosas com adição de pó de pedra (granito) que assegurou não só a estabilidade do restauro, mas, também, a sua invisibilidade.

Na fase final, procedeu-se aos trabalhos de reposicionamento dos doze menires nos respetivos alvéolos, com o auxílio de cordas, troncos, cintas específicas em material resistente e não abrasivo e, também uma retroescavadora.

Atualmente o monumento continua bem preservado (Fig. 8), mas, por se encontrar em propriedade privada, não está acessível ao público.

Recinto Megalítico do Alto da Cruz (Brotas, Mora). 2011-2012

O Recinto Megalítico do Alto da Cruz, constituído por seis menires, todos tombados (Fig. 9), foi identificado pela signatária e Pedro Alvim, em 2011 (Alvim e Rocha, 2011). Este sítio está associado a um menir isolado, também tombado (Fig. 10), identificado em 2002, no decurso de trabalhos de prospeção (Rocha, 2005a). Localizam-se na freguesia de Brotas, concelho de Mora, distrito de Évora; as coordenadas U.T.M. (C.M.P. 409, esc. 1: 25 000) são, respetivamente, M= 200947 | P= 207850 e com uma altimetria de 186m, M= 201266 | P= 207882 e com uma altimetria de 193m. (Alvim e Rocha, 2011; Rocha, 2021b)

A intervenção arqueológica realizada em 2012 incidiu no recinto, de planta cruciforme, e no menir isolado. Durante a escavação foi necessário deslocar os menires, de forma manual, através de postes (madeira), com exceção dos menires 3 e 7 que, devido ao seu peso, tiveram de ser movimentados por meios mecânicos, com o apoio de cintas não abrasivas.

Os trabalhos realizados no conjunto de menires do Alto da Cruz permitiram verificar que os monólitos se encontravam tombados sobre as suas estruturas de fundação originais, embora em dois menires não tenha sido possível identificar, com clareza, os alvéolos (Rocha, 2021a). Na fase final, procedeu-se aos trabalhos de reposicionamento de quatro dos menires do Recinto (ficaram deitados os dois que não foi possível ter a certeza sobre os seus alvéolos) e reposicionados quatro (Fig. 11). Também o menir isolado, que se encontrava com a base *in situ*, foi possível recuperar.

Neste caso, apesar dos trabalhos de recuperação e valorização do monumento terem envolvido, também, meios mecânicos (retroescavadora) devido à dimensão de alguns dos monólitos, a maior parte do trabalho foi realizado com o auxílio de troncos, cordas e cintas específicas em material resistente e não abrasivo. Como nenhum dos menires se encontrava fraturado não existiu a necessidade de se proceder a trabalhos de restauro dos monólitos.



Figura 9. Recinto do Alto da Cruz após limpeza da vegetação, em 2012



Figura 10. Menir isolado do Alto da Cruz, em 2002



Figura 11. Reposicionamento de um dos menires do Recinto do Alto da Cruz



Figura 12. Aspeto final do menir isolado, em 2014



Figura 13. Aspeto final do recinto do Alto da Cruz, em 2012

Atualmente o monumento continua bem preservado, mas, por se encontrar em propriedade privada, não está acessível ao público.

Menir do Cabeço da Areia (Brotas, Mora). 2011

O menir do Cabeço da Areia foi identificado pela signatária, através da informação oral do proprietário da Herdade das Águias, em 2005. Administrativamente, pertence à freguesia de Brotas, concelho de Mora, distrito de Évora, com as coordenadas U.T.M. M= 201905 | P = 210397 e com uma altimetria de 125m (Carta Militar de Portugal, escala 1:25,000, folha 409).



Figura 14. Menir do Cabeço da Areia antes dos trabalhos de escavação e recuperação (2011)

Os trabalhos arqueológicos realizados pela signatária e Pedro Alvim (Rocha e Alvim, 2018) permitiram concluir que este menir se encontrava tombado com a base *in situ* (Fig. 14) e identificar a respetiva fossa de implantação, depois de removido, manualmente, o monólito.

No final dos trabalhos foi possível recuperar o monumento sem quaisquer trabalhos de restauro adicionais uma vez que o monólito não apresentava nenhuma fratura. A área do alvéolo foi coberta com rede de obra, sobre a qual se assentou um enrocamento de pedras recolhidas nas imediações de modo a assegurar a sua estabilidade e, posteriormente, coberto e colmatado com as terras crivadas provenientes da escavação.

Neste caso, os deslocamentos do menir durante os trabalhos de escavação e para a sua reabilitação foram efetuados por meio de cordas e correntes metálicas com proteção de uma manga de borracha, de forma a evitar qualquer agressão à superfície do menir e tração manual e mecânica (Fig. 15 e 16).

Atualmente o monumento continua bem preservado, mas, por se encontrar em propriedade privada, não está acessível ao público.



Figura 15. Pormenor da remoção do menir, para escavação do alvéolo



Figura 16. Trabalhos de reposicionamento do menir



Figura 17. Aspeto final do menir no final dos trabalhos de recuperação, em 2011

Recinto Megalítico das Fontainhas (Pavia, Mora). 2005/2012

O recinto megalítico das Fontainhas foi descoberto, nos anos setenta do século XX, pela equipa dos Serviços Geológicos de Portugal, que publicou não só a sua descoberta, mas, também, uma planta do monumento, que não apresentava os dois menires mais afastados. (Zbyszewski et al., 1977).



Figura 18. Aspeto do monumento em 2005.



Figura 19. Trabalho de reposicionamento do pequeno menir, a Norte.



Figura 20. 2.ª Fase dos trabalhos de restauro: pormenor da abertura da perfuração central.

Administrativamente, pertence à freguesia de Pavia, concelho de Mora, distrito de Évora, com as coordenadas U.T.M. M=201043 | P=218157, e de altimetria 145m (Carta Militar de Portugal, escala 1:25,000, folha 409).

O recinto das Fontainhas apresentava em 2005, apenas seis menires, todos com as bases *in situ*, mas inclinados. O menir central, de maior dimensão, estava fraturado em duas partes (Fig. 18). Nas imediações tinham sido identificados em 2005 (pela signatária e M. Calado), mais dois menires, um do lado Norte, a cerca de 15 m, junto à estrada de terra batida que atravessa o conjunto e outro, a cerca de 70 m, a Nordeste. Ambos se encontravam tombados e quase totalmente enterrados.

A escavação realizada em 2005 (coordenada pela signatária e M. Calado), incidiu sobre o recinto e os dois menires isolados tendo sido possível perceber que todos os monólitos se encontravam com as bases *in situ*, mas, também, que o recinto teria originalmente mais menires. (Calado, Rocha e Alvim, 2011).

Os trabalhos de recuperação e valorização deste conjunto acabaram por se realizar em duas fases distintas, uma logo em 2005, com o reposicionamento de todos os menires nos respetivos alvéolos, incluindo o fragmento do menir central. Esta fase foi realizada apenas com meios manuais, com o auxílio de troncos, cordas e cintas específicas em material resistente e não abrasivo (Fig. 19).

A segunda fase, de restauro (colagem) do menir central só ocorreu em 2012, altura em que foi possível à autarquia de Mora pro-videnciar uma grua de apoio, pois devido ao tamanho e peso do fragmento distal, este teria de ser integralmente levantado para se poder reposicionar sobre a respetiva base. Em termos gerais, este foi o trabalho que envolveu mais meios e exigiu maior responsabilidade em termos técnicos. Foi necessário colocar-se e colar um espigão metálico no fragmento de base, sensivelmente no centro, e abrir uma perfuração no fragmento, na mesma posição (Fig. 20).



Figura 21. Alinhamento dos dois fragmentos

Posteriormente, o bloco foi levantado e lentamente posicionado sobre a base que tinha também alguma cola espalhada (Fig. 21). Este processo foi, mais uma vez, realizado não por um especialista em restauro, mas por um especialista em rochas (escultor), Manuel Pisco.

Foi utilizada uma cola específica para matérias rochosas com adição de pó de pedra (granito) que assegurou não só a estabilidade do restauro, mas, também, a sua invisibilidade.

Depois de posicionado foi possível verificar algumas falhas/lacagens (Fig. 22), pelo que foi ainda necessário colmatar com cola misturada com pó de granito alguns dos interstícios existente.



Figura 22. Aspeto do processo de restauro do menir central, na fase final



Figura 23. Aspeto do processo de restauro do menir central, na fase final



Figura 24. Recinto megalítico das Fontainhas em 2024

Atualmente o monumento continua bem preservado e é passível de ser visitado.



Figura 25. Aspeto atual do menir que se encontra mais afastado, a Nordeste

Anta da Courela da Granada da Anta (Vimieiro, Arraiolos). 2014

A Anta da Courela da Granada da Anta (Vimieiro, Arraiolos) foi identificada em 2013, através de informação oral do proprietário (Rocha, Santos e Branco, 2013). Administrativamente, pertence à freguesia de Vimieiro, concelho de Arraiolos, distrito de Évora, com as coordenadas U.T.M. M= 221913.82 | P= 203340.51 e de altimetria 255m (Carta Militar de Portugal, escala 1:25,000, folha 424).



Figura 26. Vista do estado inicial da Anta da Courela da Granada da Anta, em 2013

A intervenção realizada neste monumento em 2014, foi considerada de emergência, considerando o seu aparente mau estado de conservação e risco de destruição. A remoção do caos de blocos que se encontravam sobre o monumento (Fig. 26), algumas manualmente (Fig. 27), outras, pela sua dimensão, com a ajuda de cordas e de um veículo de tração, permitiu a identificação dos esteios e visualizar a planta do monumento, sensivelmente em "P", ou seja, um corredor, incipiente, constituído apenas por um esteio de cada lado, alinhado com o lado Sul da câmara.



Figura 27. Pormenor dos trabalhos de recuperação realizados

O estado geral era médio/reduzido, considerando que todos os esteios da câmara sofreram amputações, a ausência de um dos esteios do lado Sul da câmara e do esteio de cabeceira se encontrar completamente inclinado para o exterior.

Neste caso, os trabalhos de recuperação e valorização incidiram sobre os dois esteios que se encontravam mais inclinados, reposicionando-os, de forma manual e com apoio de cintas. No final, foi colocada manta geotêxtil, apenas no interior, coberta por terras e pedras.

Atualmente o monumento continua bem preservado, mas, por se encontrar em propriedade privada, não está acessível ao público.

Anta dos Soeiros (Vimieiro, Arraiolos). 2018

A sepultura protomegalítica dos Soeiros (Vimieiro, Arraiolos), foi identificada em 2010 (Rocha, Santos e Branco, 2013). Administrativamente, pertence à freguesia de Vimieiro, concelho de Arraiolos, distrito de Évora, com as coordenadas U.T.M. M= 222735.02 | P= 210701.23 e de altimetria 220m (Carta Militar de Portugal, escala 1:25,000, folha 410).

A pequena sepultura dos Soeiros tinha apenas parcialmente conservada a sua câmara megalítica aparentemente de planta ovalada, fechada, sem corredor e sem *tumulus*. De acordo com a informação que nos foi fornecida pelo proprietário, esta destruição não foi intencional e ocorreu em meados do séc. XX, quando se estava a proceder à construção do tanque elevatório das águas para os arrozais existentes á data, na herdade (Fig. 28).



Figura 28. Aspeto do pequeno monumento no início dos trabalhos de escavação, em 2018

© Leonor Rocha



Figura 29. Anta dos Soeiros em escavação



A intervenção arqueológica neste monumento (Fig. 29) permitiu compreender que, em termos estruturais, faltava um dos esteios da câmara, e que não se encontrava deslocado nas imediações. Assim sendo, no final dos trabalhos, acabou por se realizar uma ação de recuperação e valorização deste monumento bastante simples, a construção de um muro, em pedra seca, com a função de reter a terra/areão que foi colocada sobre a manta geotêxtil no interior (Fig. 30).

Exteriormente, dada a inexistência de *tumulus*, à sua proximidade ao tanque e à existência de uma estrada de terra batida, optou-se por não se realizar qualquer ação de conservação.

Atualmente o monumento continua bem preservado, mas, por se encontrar em propriedade privada, não está acessível ao público.

Figura 30. Aspeto do monumento no final dos trabalhos de conservação

Anta do Velho (Monforte, Monforte). 2011-2013

A anta do Monte Velho, também designada por Velho 1, é um monumento megalítico com câmara e corredor (Fig. 31) e encontra-se registada desde 2001 (Oliveira, 2001).



Administrativamente, pertence à freguesia de Monforte, concelho de Monforte, distrito de Portalegre, com as coordenadas U.T.M. M= 259413.11| P= 241238.66 e de altimetria 315m (Carta Militar de Portugal, escala 1:25,000, folha 371).

Os trabalhos realizados na anta do Monte Velho (L. Rocha e P. Morgado) tiveram como objetivo a escavação do monumento para, por um lado avaliar a extensão dos danos causados por violações e atos de vandalismo e, por outro, obter dados científicos.

Figura 31. Aspeto da Anta do Velho no início dos trabalhos, em 2011

A intervenção incidiu na câmara, corredor e mamoa, sendo na área do corredor que acabaram por se realizar alguns trabalhos de conservação/valorização, devido à existência de duas tampas caídas no interior que tiveram de ser removidas mecanicamente, com o apoio de cintas específicas em material resistente e não abrasivo (Fig. 32).



Figura 32. Remoção mecânica das tampas tombadas dentro do corredor



Figura 33. Restauro e valorização final do monumento



Figura 34. Pormenor do corredor no final dos trabalhos

No final dos trabalhos, as tampas foram colocadas no corredor, na área inicial, onde supostamente se localizariam e procedeu-se à colocação de geotêxtil e areão em toda a área (Fig. 33 e 34). Um dos objetivos desta ação deve-se ao fato deste monumento se encontrar integrado no Percurso de Megalitismo do concelho de Monforte.

Anta da Meada 2 (Santo Aleixo, Monforte). 2019-2021

A anta da Meada 2 é um monumento megalítico de grandes dimensões, com câmara e corredor e encontra-se registada desde, pelo menos, 1957 (Deus e Viana, 1957), existindo desde então registos de vários trabalhos arqueológicos que culminaram na intervenção realizada (L. Rocha e P. Morgado) entre 2019 e 2021.

Administrativamente, pertence à freguesia de Santo Aleixo, concelho de Monforte, distrito de Portalegre, com as coordenadas U.T.M. M= 260991.07 | P= 220090.11 e de altimetria 270m (Carta Militar de Portugal, escala 1:25,000, folha 398).



Figura 35. Aspeto da Anta da Meada 2, no início dos anos 90 do séc. XX

(@Arquivo C.M. Monforte)



Figura 36. Aspeto do monumento em 2019

Os trabalhos realizados na anta da Meada 2 (L. Rocha e P. Morgado) tiveram como objetivo avaliar a extensão dos danos causados por violações e anteriores trabalhos, apenas documentados fotograficamente, mas que alteraram significativamente o estado do monumento (Fig. 35 e 36) (Rocha e Morgado, 2022). Era evidente, em 2019 que este monumento apresentava um elevado grau de destruição/afetação, em termos de arquitetura, com toda a metade Sul (câmara e corredor) destruída. Conservava apenas quatro esteios na câmara, três deles truncados e com marcas de corte por cunhas de madeira. Do corredor tinha-se apenas, à superfície, blocos/fragmentos de granito de maiores dimensões e um esteio, fragmentado, *in situ*, do lado Sul.

No âmbito destes trabalhos houve necessidade de remover os blocos de granito que se encontravam à superfície, através de meios mecânicos, de forma controlada e com recurso a cintas não abrasivas. Foi também necessário proceder-se à colocação de vigas metálicas que assegurassem a estabilidade dos esteios da câmara, que se encontravam muito inclinados para o interior.



Pese embora a intervenção realizada tenha permitido identificar alvéolos da câmara e do corredor, não forneceu evidências sobre quais seriam os elementos pétreos (esteios) que estariam posicionados nesses locais, pelo que a equipa optou por não realizar qualquer trabalho de conservação/ reabilitação/ valorização.

Figura 37. Aspeto atual da Anta da Meada 2.

Considerações finais

No âmbito deste artigo foram considerados, apenas, um conjunto selecionado de sítios megalíticos que, para além da intervenção arqueológica realizada contaram, também, com trabalhos de conservação e restauro. Persistem outros, como é o caso da Anta da Tapada do Castelo (Marvão) e o do Menir da Caeira (Arraiolos) que não foram aqui considerados por não se terem, ainda, realizados os trabalhos de restauro finais (Rocha, 2021b, 2022).

Como se pôde verificar, os maiores trabalhos realizados incidiram sobre os monumentos não funerários, menires isolados ou em recintos e, os de menor porte, sobre monumentos funerários, sendo que, neste caso, também se deve realçar que se tratava de monumentos que se apresentavam, à partida, mais destruídos. Assim sendo, a sua recuperação ou a ação de repor o seu estado inicial tornava-se mais difícil, muitas das vezes provocada pela ausência dos elementos pétreos que os integravam ou, por não se ter a certeza (científica) da sua posição original.

Entramos numa fase em que a legislação existente obriga a que os monumentos classificados não possam ter intervenções de conservação e restauro sem parecer e acompanhamento de um técnico de conservação e restauro. Contudo, observando os inúmeros procedimentos que fomos realizando ao longo das últimas décadas, com o apoio de pessoas formadas "pela experiência" e não com títulos académicos, que podemos concluir? Correu mal? Provocámos a degradação dos monumentos? Parece-me que não. Na verdade, os exemplos que temos de intervenções mais agressivas, em termos de respeito pela identidade original do monumento, chegam-nos exatamente pela via dos especialistas de outras áreas.

Esta questão, da nossa capacidade de atualmente sermos capazes de compreender todas as alterações/destruições que ocorreram num monumento em fases posteriores à sua construção, quer por ação do tempo (deteriorações naturais) quer devido a alterações provocadas pela ação humana, deve ser, no meu entender, o princípio basilar subjacente aos trabalhos de reabilitação dos monumentos megalíticos. Todo e qualquer trabalho de conservação deve, efetivamente, ter em conta os dados científicos recolhidos e respeitar a sua autenticidade.

Podemos, e devemos, tentar realizar ações que visem manter o valor histórico e artístico dos nossos monumentos de modo a preservá-lo para as gerações futuras, mas não podemos, nem devemos, alterar a sua identidade e os princípios arquitetónicos que estiveram na génese da sua construção.

BIBLIOGRAFIA

- ALVIM, P.; ROCHA, L. (2011) - Os menires do Alto da Cruz: novos dados e algumas reflexões sobre o Megalitismo da área de Brotas (Mora). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol.14. Lisboa: IGESPAR, p. 41-55.
- CALADO, M.; ROCHA, L.; ALVIM, P. (2007) – Neolitização e Megalitismo: o recinto megalítico das Fontainhas (Mora, Alentejo Central). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 10. Nº 2. Lisboa: IPA, p. 75-100.
- CUNHA, A. M. (1985) - *Carta arqueológica de Monforte na escala 1/50 000*. Monforte: Câmara Municipal de Monforte.
- DEUS, A. D.; VIANA, A. (1957) - Notas para o estudo dos dolmens da região de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto.
- LEISNER, V.; LEISNER, G. (1959) - *Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel: der Westen*. Berlim: Madrider Forschungen.
- LOPES, F.; CORREIA, M. B. (2014) - *Património Cultural. Critérios e Normas Internacionais de Proteção*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- OLIVEIRA, J. de (2001) - *Paisagens Megalíticas. Norte Alentejano. Percursos Megalíticos dos concelhos de Monforte, Fronteira e Sousel*. Região de Turismo de S. Mamede.
- ROCHA, L. (2022) - A reutilização simbólica de menires no Alentejo Central: o caso do Menir da Caeira (Arraiolos, Portugal). *Romper Fronteiras, Atravessar Territórios. Breaking Borders, Crossing Territories*. Coord. M^a Jesus SANCHES, M^a Helena BARBOSA e Joana de Castro TEIXEIRA. Porto: CITCEM, p. 411-426.
- ROCHA, L. (2021a) – The menhirs of Alto da Cruz (Mora, Portugal): new data, new readings. *Madrider Mitteilungen*. 62. Berlim, p. 1–37.
- ROCHA, L. (2021b) - Anta da Tapada do Castelo (Santo António das Areias, Marvão) no quadro das paisagens megalíticas do Norte Alentejano. *Memórias das Freguesias de Santo António das Areias e Beirã*. IBN MARUAN. Ed. Colibri/C. M. Marvão, p.75-92.
- ROCHA, L. (2000a) – O Alinhamento do Monte da Têra, Pavia (Mora): resultados da 1^a campanha (1996). *Trabalhos de Arqueologia*. 16. Muitas antas, pouca gente? Lisboa: IPA, p. 183-194.
- ROCHA, L. (2005a) – *As origens do megalitismo funerário no Alentejo Central: a contribuição de Manuel Heleno*. Tese de doutoramento policopiada. Lisboa: FLL
- ROCHA, L. (1995) – A necrópole romana do Poço do Cortiço (Alandroal). *Notícia da 1^a Campanha de escavações. Almadan*. 2^a série. nº 4. Almada, p. 163.
- ROCHA, L.; ALVIM, P. (2018) - O Menir do Cabeço da Areia (Brotas, Mora). *DE GIBRALTAR AOS PIRENÉUS. Megalitismo, Vida e Morte na Fachada Atlântica Peninsular*. Senna- Martínez, J.C; Diniz, M; Carvalho, A.F. (Eds). Nelas: Fundação Lapa do Lobo, p. 341-352.
- ROCHA, L.; ALVIM, P. (2016) - Alto da Cruz (Mora, Portugal): um exemplo da diversidade e ritualidade megalítica. *VI Congreso del Neolítico en la Península Ibérica*. Libro de resúmenes de comunicaciones y pósteres. Granada, p.107.
- ROCHA, L.; MORGADO, P. (2022) - A Anta da Meada 2 (Monforte): a difícil sobrevivência de um monumento megalítico. *Scientia Antiquitatis*. Évora, nº 2, p. 70-88.
- ROCHA, L.; SANTOS, I.; BRANCO, G. (2013) – *Património(s) de Arraiolos*. Arraiolos: Câmara Municipal de Arraiolos.
- ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. V.; REYNOLDS de SOUSA, H.; NORTH, C. T.; LEITÃO, M. (1977) - *Nouvelles découvertes de cromelechs et de menhirs au Portugal*. CSGP. Lisboa: [s.n.]. 61, p. 63-73.